



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE SETEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 106**

### **96ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 04

Ofícios..... 06

Indicações ..... 08

Requerimentos ..... 09

Projetos de Lei ..... 10

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Luiz Nishimori ..... 11

Dep. Elio Rusch ..... 12

Dep. Teruo Kato..... 13

Dep. Alysson Wandscheer ..... 14

Dep. Antonio Belinati..... 14

Dep. Francisco Bühner..... 16

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati..... 15

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 17

Discussão/Votação

Redação Final ..... 17

2ª Discussão ..... 18

1ª Discussão ..... 18

Discussão Única (Proposições).. 29

Requerimentos ..... 31

**Encerramento da Sessão ..... 32**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Constituição e Justiça ..... 32

Tomada de Contas..... 34

### **DIÁRIO Nº 106**

### **96ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE SETEMBRO DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Alysson Wandscheer.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin,

Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Valdir Rossoni (34).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Elton Welter, Enio Verri, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Mauro Moraes, Pedro Ivo, Reni Pereira, Stephanes Júnior e Waldyr Pugliesi (18).

Em licença o Sr. Deputado Edgar Bueno e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Mensagem***

MENSAGEM Nº 027/08

Curitiba, 27/08/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que o Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências.

Após diversos estudos na jurisprudência e em casos práticos, foram observadas diversas situações em que a execução fiscal está fadada a tramitar por longo período, sem qualquer perspectiva de satisfação dos créditos cobrados; não só empregando o tempo e trabalho da Procuradoria Geral do Estado em um processo ineficaz, como também congestionando o Poder Judiciário com processos inúteis.

Para possibilitar a extinção das execuções fiscais insolúveis, desobstruindo o Poder Judiciário, reclassificando os créditos e devolvendo-os à Secretaria da Fazenda, para fins de cobrança apenas na esfera administrativa, entendeu-se pela proposição deste anteprojeto de lei, que permitirá a desistência da execução fiscal, sem renúncia do crédito tributário.

1. Art. 1º De início, a proposição prevê que o Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e o arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que relaciona.

Para maior controle na aplicação desta lei, todo pedido de desistência da execução fiscal e de arquivamento do respectivo processo será condicionado à autorização do Procurador Geral do Estado, cabendo aos Procuradores que atuam no processo, identificando a ocorrência de hipótese autorizativa, solicitar, de acordo com as rotinas a serem estabelecidas, que lhe seja deferido desistir e arquivar o processo de executivo fiscal.

I - quando se tratar de execução fiscal contra massas falidas em que não forem encontrados bens, ou quando os encontrados tenham sido insuficientes à satisfação dos créditos cobrados pela Fazenda Pública Estadual, e cuja decisão de encerramento da falência tenha transitado em julgado há mais de

dois anos, caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

De acordo com o artigo 135 do Código Tributário Nacional, o administrador somente responde pelas obrigações tributárias da empresa quando houver praticado atos com infração à lei ou excesso de poderes. Segundo a jurisprudência pacificada, não é possível o redirecionamento quando houver simples inadimplemento de GIA, já que isto não configura infração à lei.

TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DO SÓCIO-GERENTE DA EMPRESA - LEI ESTADUAL - TAXA SELIC - LEI 9250/95.

É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o simples inadimplemento da obrigação tributária não caracteriza infração à lei, de modo a ensejar o redirecionamento da execução para a pessoa dos sócios. (STJ, Resp 801659/MG, rel. Min. Eliana Calmon, DJU 20/04/07, p. 334)

O caso mais comum de infração à lei é o de fechamento das atividades empresariais com pendência de débitos tributários, sem a observância da lei falimentar, que rege o encerramento de empresas insolventes. Por outro lado, isto significa que o encerramento da empresa observando o disposto na lei falimentar não permite o redirecionamento da execução fiscal:

Inexistindo prova de que houve dissolução irregular da empresa, ou de que o representante da sociedade agiu com excesso de mandato ou infringiu lei ou o contrato social, não há que se direcionar para ele a execução.

A falência configura forma regular de dissolução da sociedade e não enseja, por si só, o redirecionamento da execução. (AgRg no Ag 767.383/RS, 2ª Turma, Min. Castro Meira, DJ de 2/0806)

Deste modo, quando há encerramento da falência, sem a concomitância de elementos fáticos que imputem aos administradores atos de infração à lei, lembrando que a inadimplência de ICMS não se configura infração legal, não há mais a possibilidade de recuperação do crédito tributário. A execução fiscal será restrita a cobrar crédito de uma empresa que não mais existe, sem patrimônio, e sem que se possa redirecionar ao patrimônio dos administradores.

II - quando tenha havido redirecionamento por responsabilidade tributária, nos casos de falecimento dos responsabilizados sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, desde que se tenha inviabilizado o prosseguimento contra o devedor principal;

Em casos onde a empresa foi encerrada irregularmente, sem deixar patrimônio suficiente para garantir o crédito tributário, é possível o redirecionamento da execução fiscal, imputando responsabilidade do pagamento ao sócio-administrador. Nestes casos, não há mais razão para que a execução prossiga quanto à empresa, sendo

que a atuação visará exclusivamente o patrimônio do responsável tributário.

Em caso de falecimento do responsável, somente os bens por ele deixados é que responderão pelas dívidas tributárias. Assim, na ausência de bens, não é possível repassar o encargo tributário a seus herdeiros, conforme regulamenta o artigo 131, do Código Tributário Nacional:

*Art. 131. São pessoalmente responsáveis:*

*II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação;*

*III - o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.*

A hipótese apresentada permitiria desistir da execução fiscal nesta situação, onde não há mais bens possíveis a garantir o recebimento do crédito.

III - quando for comprovado o falecimento do executado, no caso de dívida em nome próprio ou de firma individual, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, e caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

Trata-se de caso semelhante à hipótese anterior, diferenciando-se pelo fato de não se tratar de responsabilidade tributária sobre débito de pessoa jurídica, mas sim, de execução promovida originalmente contra o executado.

A garantia deste crédito, seja ele tributário ou não, é o patrimônio de seu devedor. Já está consagrado em nosso ordenamento jurídico a impossibilidade de que herdeiros respondam com patrimônio próprio as dívidas de seus ascendentes. Para as dívidas tributárias, regulamenta o Código Tributário Nacional, em seu artigo 131, já referido.

Para as dívidas não tributárias, rege o Código Civil Brasileiro:

*Art. 1792. O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demonstrando o valor dos bens herdados.*

*Art. 1821. É assegurado aos credores o direito de pedir o pagamento das dívidas reconhecidas, nos limites das forças da herança.*

Esgotadas as pesquisas sem ter encontrados bens, e vindo a falecer o responsabilizado, não há como prosseguir o feito, pelo que nada justifica que se permaneça movimentando a execução fiscal, ou arquivá-la aguardando inexorável prescrição.

IV - quando se tratar de execução de multa criminal, após dois anos, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais;

Os casos de execução fiscal em perseguição de multa criminal se dirigem, quase que exclusivamente, a pessoas condenadas que não possuem patrimônio ou

meios de pagamento deste débito. Ademais, é muito comum que, em casos tais, o próprio paradeiro do executado seja em local incerto ou não sabido, quando não está recolhido ao sistema carcerário do Estado. Em outras ocasiões, a ausência de documentação pessoal impede a obtenção de qualquer informação de endereço ou patrimônio.

Por outro lado, o Código Penal, ao atribuir às condenações de multa penal, o caráter de dívida de valor, submetendo-o aos dispositivos que regem as dívidas ativas da Fazenda Pública, permitiu à Administração Pública gerir este valor do mesmo modo que outros créditos fiscais, sem que isto influencie a natureza sancionatória da pena.<sup>1</sup>

Deste modo, em não sendo possível encontrar-se bens penhoráveis no prazo de dois anos, deixar-se-ia de perseguir judicialmente este intento, restando a cobrança na via administrativa.

V - quando se tratar de execução fiscal decorrente de desaprovação de contas contra associações encerradas há mais de cinco anos, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, caso seja inviável o redirecionamento eficaz contra terceira pessoa;

As desaprovações de contas do Tribunal de Contas do Estado dirigidas exclusivamente às associações, determinando a estas entidades a devolução de valor, não permitem que seja imputada automaticamente tal responsabilidade ao seu Presidente ou outro Diretor.

Neste caso, a única possibilidade seria a de, em ação ordinária comprovar responsabilidade subjetiva de Diretor ou Presidente, demonstrando desvio de finalidade ou confusão patrimonial, abrindo possibilidade da desconstituição da personalidade jurídica da associação (artigo 50, do Código Civil); possibilidade remota considerando o tempo decorrido e a falta de provas de favorecimento pessoal pelo desvio dos valores.

Por óbvio, quando restar comprovado o desvio de recursos, será possível a continuidade da cobrança. Isto se revela ao final do inciso, *a contrariu sensu*, quando se diz “caso seja inviável o redirecionamento eficaz contra terceira pessoa”.

Nos demais casos, como se tratam de desaprovações endereçadas a associações já inexistentes, sem bens patrimoniais, a execução fiscal neste caso igualmente restará frustrada.

VI - quando se tratar de execução fiscal ajuizada há 20 anos ou mais, originalmente contra empresas que já estejam baixadas ou canceladas há mais de cinco anos no Cadastro de Contribuintes do ICMS

1. Art. 51 - Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será considerada dívida de valor, aplicando-se-lhes as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

do Estado do Paraná, redirecionadas ou não contra terceiros, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora de seus executados, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais.

A extinção de processos de execução fiscal, com mais de 20 anos de tramitação, sem que tenham sido encontrados bens da empresa ou dos administradores incluídos na execução é medida que visa reconhecer que o crédito é incobrável pela via judicial em virtude do longo tempo decorrido, sem sucesso das medidas tentadas.

Devendo a Administração Pública primar pela eficiência em suas ações, entendemos ser necessário extinguir aquelas execuções fiscais onde foram repetidas e esgotadas as pesquisas patrimoniais, infrutiferamente, tornando-se definitiva a impossibilidade de satisfação do débito cobrado. De fato: por que continuar a tramitação de um processo judicial inócuo, inútil, que apenas gera despesas para o Poder Público e não tem qualquer perspectiva de solução favorável ao exequente?

É mais eficaz direcionar esforços para cobrança de dívidas mais recentes, de empresas em atividade, que devem ser priorizados em relação a execuções antigas, com todas as medidas já esgotadas e frustradas quanto à satisfação do crédito.

2. Art. 2º Para implementar esta lei, caberá tanto ao Procurador Geral do Estado quanto ao Secretário de Estado da Fazenda promover o detalhamento de rotinas, a padronização de documentos necessários, e o esclarecimento sobre a incidência das situações previstas em casos concretos.

Entendemos que, com esta lei, estar-se-á dando um importante passo na busca de melhores índices de recuperação de créditos fiscais ajuizados, concentrando esforços em processos de execução fiscal onde há maior possibilidade de recebimento, beneficiando, assim, todo o erário.

3. Art. 3º Após o encerramento da execução fiscal, os débitos serão reclassificados, mantendo-se a inscrição em dívida ativa pelo prazo de cinco anos, gerando efeitos fiscais, tais como a geração de certidão positiva de débito. Esgotado o prazo proposto, a Secretaria de Estado da Fazenda reconhecerá a prescrição do crédito reclassificado, com base no inciso V do artigo 156 do Código Tributário Nacional.

4. Art. 4º e 5º Nestes casos, não haverá a incidência de honorários advocatícios, mas se mantém a responsabilidade do executado pelas custas processuais em aberto, permitindo que sejam cobradas pelas escriturarias cíveis, com seus próprios recursos.

5. Art. 6º Embora se possa sustentar que tal dispositivo seja dispensável, haja vista que não se está concedendo remissão do crédito, mas simplesmente desistindo da cobrança judicial, é de bom alvitre deixar bem clara esta situação.

Estas são as sugestões apresentadas. Todas contribuem para o aumento da eficiência da cobrança da dívida

ativa ajuizada, pois desoneram os representantes judiciais de atuações ineficazes e demandas fadadas ao fracasso. Por outro lado, a concentração de esforços em processos com maior probabilidade de êxito trará melhores resultados para o erário estadual, com o comprometimento da Procuradoria Geral do Estado em alcançar esta meta.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas seguintes hipóteses:

I - quando se tratar de execução fiscal contra massas falidas em que não forem encontrados bens, ou quando os encontrados tenham sido insuficientes à satisfação dos créditos cobrados pela Fazenda Pública Estadual, e cuja decisão de encerramento da falência tenha transitado em julgado há mais de dois anos, caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

II - quando tenha havido redirecionamento por responsabilidade tributária, nos casos de falecimento dos responsabilizados sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, desde que se tenha inviabilizado o prosseguimento contra o devedor principal;

III - quando for comprovado o falecimento do executado, no caso de dívida em nome próprio ou de firma individual, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, e caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

IV - quando se tratar de execução de multa criminal, após dois anos, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais;

V - quando se tratar de execução fiscal decorrente de desaprovação de contas contra associações encerradas há mais de cinco anos, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, caso seja inviável o redirecionamento eficaz contra terceira pessoa;

VI - quando se tratar de execução fiscal ajuizada há 20 anos ou mais, originalmente contra empresas que já estejam baixadas ou canceladas há mais de cinco anos no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Paraná, redirecionadas ou não contra terceiros, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora de seus executados, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais.

Art. 2º O Procurador Geral do Estado e o Secretário de Estado da Fazenda expedirão, no âmbito de suas competências, as Instruções Normativas necessárias ao eficaz cumprimento da presente lei.

Art. 3º Após o encerramento da execução fiscal, na forma do artigo 1º, os créditos permanecerão em cobrança administrativa, com a devida atualização, pelo prazo de cinco anos, quando poderão ser baixados.

Art. 4º As custas judiciais permanecem a cargo do executado, facultando às escriturarias promover a cobrança às suas próprias expensas.

Art. 5º Ficam dispensados os honorários advocatícios relacionados com os créditos de que trata esta lei.

Art. 6º O dispositivo nesta lei não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos a qualquer título.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

Sob o nº 848-P/1/CPC do Sr. Coronel QOPM Carlos Alexandre Scheremeta - Comandante do Policiamento da Capital, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Reni Pereira que pede esclarecimentos sobre o número total de acidentes de trânsito registrados nos últimos 12 meses nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 675/08-GP

Curitiba, 25/08/08.

Senhor Presidente:

Encaminho a V. Exa., para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação da 56ª Seção Judiciária com sede

na comarca de Realeza, alterando a Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio a planilha de cálculo e a documentação pertinente à matéria relacionada à Lei Complementar nº 101/00.

Neste ensejo, consigno a V. Exa. minhas expressões de consideração e apreço.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criada a 56ª Seção Judiciária com sede na comarca de Realeza, integrada pelas comarcas de Salto do Lontra e de Capitão Leonidas Marques alterando o anexo II, tabela 2, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

§ 1º A 28ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, comarca de Francisco Beltrão e pela comarca de Dois Vizinhos.

§ 2º A 38ª Seção Judiciária fica integrada pela sede, comarca de Medianeira e pelas comarcas de Matelândia e São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º Fica criado 1 (um) cargo de Juiz Substituto, de provimento efetivo, para a comarca de Realeza, alterando os anexos V e IX, tabela I, da lei referida no artigo 1º.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Poder Judiciário do Estado do Paraná Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277 de 30/12/03 Seções Judiciárias - Anexo II - Tabela 2

28ª	<b>Francisco Beltrão</b>	<b>Francisco Beltrão</b>	INTERM	1		1
		Dois Vizinhos	INTERM			0
38ª	<b>Medianeira</b>	<b>Medianeira</b>	INTERM	1		1
		Matelândia	INTERM			0
		São Miguel do Iguaçu	INICIAL			0
56ª	<b>Realeza</b>	<b>Realeza</b>	INICIAL	1		1
		Salto do Lontra	INICIAL			0
		Capitão Leonidas Marques	INICIAL			0

**Poder Judiciário do Estado do Paraná**  
**Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/03**  
**Magistratura Estadual - Anexo V**

Comarcas/Foro	Entrância	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
...								
<b>Realeza</b>	Inicial			1			1	2
...								

**Poder Judiciário do Estado do Paraná**  
**Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei nº 14277/03**  
**Criação e Extinção de Cargos - Anexo IX**  
**Cargos da Magistratura Estadual - Tabela 1**

Comarcas	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
...							
<b>Entrância Inicial</b>							
...							
<b>Realeza</b>						1	1
...							

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a criação da 56ª Seção Judiciária com sede na comarca de Realeza, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, de Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, no âmbito da composição de seus anexos. O anteprojeto proposto visa a expansão da prestação jurisdicional no estado do Paraná, em atenção aos princípios constitucionais exarados no artigo 37 da CF/88, combinado com o artigo 1º e seus parágrafos da lei estadual supracitada, cujas modificações estão demonstradas, como segue:

a) Comarca de Realeza: altera o anexo II, tabela 2, da mencionada Lei Estadual nº 14277/03, em decorrência da criação da 56ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Realeza, mantido o seu status de entrância inicial, ficando a nova seção judiciária integrada ainda pelas comarcas de Salto do Lontra, oriunda da 28ª Seção, e de Capitão Leônidas Marques, oriunda da 38ª Seção.

b) A criação do cargo de Juiz Substituto para a estruturação da nova sede modifica os Anexos V e IX,

tabela 1, da Lei Estadual nº 14277/03, o qual é detalhado no artigo 2º, do anteprojeto de lei.

A nova seção judiciária abrangerá uma população de 97 mil habitantes e um total de 15 mil processos que se encontram em andamento nas três comarcas referidas, justificando, por conseguinte, esta proposição.

A alteração na comarca de Realeza foi objeto de aprovação pela Corregedoria Geral da Justiça em manifestação datada de 12/05/08 e pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias na 18ª Sessão Ordinária, realizada em data de 12/05/08, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 08/08/08.

Outrossim, os anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei devem ser juntamente com a redação final desta lei, vez que é parte integrante da mesma.

O impacto financeiro da presente proposta totaliza o valor anual de R\$ 198.265,00 (cento e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais), a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, não ultrapassando o limite de gastos com pessoal e encargos, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00 - LRF.

Em 2007, o total da despesa com Pessoal situou-se em 3,72% (três vírgula setenta e dois por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite

prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Criação de Cargos do Foro Judicial  
Comarca de Realeza**

<b>Estimativas de Custo do Pessoal para Instalação da 56ª Seção Judiciária</b>						
<b>Cargo</b>	<b>Nível</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Valor p/ Cargo</b>	<b>Custo Mensal</b>	<b>Terço Férias</b>	<b>Custo Anual Incluindo 13º e férias</b>
Juiz Substituto		1	14.507,20	14.507,20	9.671,47	198.265,07
Total		1	-	-	-	198.265,07

Obs: Férias de Juiz de Direito = 2/3

A despesa anual de R\$ 198.265,00 correrá à conta da dotação orçamentária, 3.1.90.11.01 - Subsídios - Magistratura, cujo valor total de R\$ 171.947.740,00 (cento e setenta e um milhões, novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e quarenta reais) está previsto no Orçamento do Tribunal de Justiça para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual n 15750, de 27/12/07 - LOA.

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, com a criação da 56ª Sessão Judiciária com sede na comarca de Realeza, apresentam adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, 25/08/08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

OFÍCIO Nº 715/08/GP

Curitiba, 29/08/08.

Senhor Deputado:

É o presente para solicitar a V. Exa. a suspensão da análise e do trâmite do Projeto de Lei nº 327/08, referente à concessão de gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida, tendo em vista que este Tribunal apresentará substitutivo acompanhado do respectivo estudo de impacto orçamentário-financeiro.

Atenciosamente,

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

**Indicação**

INDICAÇÃO 208/08

**SÚMULA:**

Sugere ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania a urgente construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, para atender a demanda da maior Vara de Execuções Penais do Paraná, compreendendo 115 municípios.

Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Desembargador Jair Ramos Braga, solicitando ao mesmo a urgente construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, na região de Maringá, buscando atender a demanda da Vara de Execuções Penais daquela comarca, compreendendo 115 municípios.

Cabe salientar que VEP de Maringá é a maior do estado, compreendendo 37 comarcas, 115 cidades. Entretanto, o presídio é o menor. Em 2008 há 16.327 execuções na VEP menciona. Na ocasião da criação dessa VEP haviam 2mil e 996 execuções.

O Governo Federal já fez o depósito do valor de R\$10 milhões e 480 mil para a construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, o contrato já foi prorrogado e necessita da apresentação do projeto, pela Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, com a aprovação da Caixa Econômica Federal.

Segundo comunicação da VEP de Maringá este segundo prazo já esta expirando, razão pela qual é urgente a intervenção do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) CIDA BORGHETTI



## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário votação em bloco das proposições veto, constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Guilherme Darin.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Curitiba se despede de um grande homem: Guilherme Darin.

Jovem empresário do entretenimento, com apenas 23 anos, filho de Mário Canto Diurna e Carla Canto Darin, ambos proprietários do Buffet Du Batel.

Sua vida em Curitiba foi participativa, nos aspectos, sociais e econômicos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas seus familiares com certeza, darão continuidade as suas obras.

### REQUERIMENTO Nº 2289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente, de voto de pesar para os familiares do Sr. Edgar Ribeiro.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Guarapuava se despede de um grande homem: Edgar Ribeiro.

Médico e empresário, dono de um dos maiores hotéis/spas do sul do Brasil-Hotel Vale do Jordão/Med Vale na cidade de Guarapuava e dono do Hospital e Maternidade Mãe de Deus nas cidade de Palmital. Na década de 90 foi candidato a Vice-Prefeito da cidade de Guarapuava.

Sua vida em Guarapuava foi participativa, em todos os aspectos, sócio-econômicos, políticos e religiosos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas sua esposa e seus filhos - Ana Lopes Ribeiro, Ana Paula Lopes Ribeiro, Edgar Ribeiro Júnior, Claudia Regina Lopes Ribeiro e Cristiane Lopes Ribeiro, com certeza, darão continuidade as suas obras e sendo o exemplo deste grande homem.

### REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Rodrigo Henrique da Costa ocorrido nesta data na cidade de Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O pranteado tinha 78 anos de idade, era casado com dona Isabel e pai de: Rogério, Rodrigo, Suzana e Carlos Roberto. Rodrigo foi um dos pioneiros de Planaltina do Paraná onde se estabeleceu no início dos anos 60 no patrimônio da Gauchinha onde era comerciante e lavoureiro.

A par das suas atividades, sempre devotou grande preocupação com o desenvolvimento da cidade que o acolheu, inclusive disputando a Prefeitura. Participante ativo da política local perfilou ao lado de lideranças políticas das mais respeitáveis como os Deputados Federais Alencar e Heitor Furtado, mais Léo de Almeida Neves, Amauri Silva e outros próceres do antigo PTB e MDB. Sempre foi muito respeitado e admirado por todos os que tiveram a aventura do seu convívio, e as suas opiniões políticas eram sempre merecedoras de acatamento.

O falecimento de Rodrigo Henrique da Costa enluta Planaltina do Paraná e entristece o seu vasto círculo de amizade.

Que desta iniciativa deste Poder Legislativo paraense, se dê ciência aos Poderes Executivo e Legislativo e à sua família.

### REQUERIMENTO Nº 2291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Gentil Antunes de Lima, ocorrido no dia 28/08/08, nesta capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade, faleceu no último dia 28/08/08, nesta capital o Sr. Pedro Gentil Antunes de Lima. Deixou viúva a Sra. Elsira Santoro de Lima, deixou ainda seis filhos e nove netos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Pedro encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Antunes de Lima, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 370/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica classificada como deficiência visual a visão monocular no âmbito do estado do paraná, para todos os fins legais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

### **JUSTIFICATIVA:**

No Brasil, a proteção à pessoa com deficiência é um preceito expresso na Carta Magna de 1988, bem como na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, texto que foi ratificado pelo Brasil e que goza de status constitucional, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 5º, da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 045/04). Assim, exige um arcabouço jurídico, o Decreto Federal nº 3298/99, descrevendo os quadros de deficiências físicas, auditivas, visuais e intelectuais. Entretanto, as pessoas com visão monocular - cegueira de um olho - não estão enquadradas expressamente em tal diploma, ficando à margem da proteção estatal.

A visão monocular dificulta a compreensão das noções de profundidade e distância causando limitações físicas, psicológicas, psicosociais, educacionais e laborativas, além de discriminação social aos usuários de próteses oculares.

Ao se tratar das vedações no mercado de trabalho público e privado, tais cidadãos são proibidos de exercer inúmeras carreiras profissionais: Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Judiciária do Senado Federal, Câmara Federal, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, Segurança Judiciário de Tribunais e particulares, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, oftalmologista (além de outras profissões

médico/científicas) em função do uso de aparelhos profissionais que exigem a visão binocular (nos dois olhos), motorista profissional nas categorias “C”, “D” e “E” e profissões conexas (700% a mais de acidentes de trânsito, permitindo-se apenas a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) “A” e “B” - Resolução nº 267/08 - Anexo II - CONTRAN), vedação ao trabalho em plataformas petrolíferas, operador de guindaste e máquinas de grande porte, indústrias químicas, laboratórios, comissário de bordo, controlador de voo, etc.

Em face disso, o Poder Judiciário reconhece a inclusão da visão monocular enquanto deficiência visual com destaque ao Supremo Tribunal Federal (STC) ao julgar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) nº 26071-DF que assegurou o direito a reserva de cargos públicos aos cidadãos com visão monocular, na linha dos demais Tribunais Superiores e Estaduais. No estado do Paraná, há inúmeros precedentes do Tribunal de Justiça.

Na Constituição Federal, consagrou-se ser atribuição comum à união, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a proteção e a garantia das pessoas com deficiência (artigo 23, inciso II), bem como competência legislativa concorrente aos estados e à união para a edição de normas sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência (artigo 24, inciso XIV). O estado do Espírito Santo (ES) já editou a Lei Estadual nº 8775/07 visando a proteção de tais cidadãos, existindo projetos de lei idênticos no Amazonas, na Bahia, no Ceará e em Minas Gerais, caracterizando a urgência do pleito.

O presente projeto de lei foi reivindicado pela Associação Brasileira dos Deficientes com Visão Monocular - ABDVM e visa promover um tratamento isonômico com as demais deficiências, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas com visão monocular no Paraná.

Objetivando promover tratamento isonômico com os demais tipos de deficiências, contamos com o apoio de V. Exas. para aprovação dessa proposição, tão almejada pelos portadores de visão monocular.

PROJETO DE LEI Nº 371/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, criado pelo Decreto nº 1790/03, com sede à rua Bendito Bernardes de Oliveira, 39, município e comarca de Bandeirantes, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

**JUSTIFICATIVA:**

O CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança de Bandeirantes, já declarado de utilidade pública municipal pela Lei nº 2816/08, é uma instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com o objetivo principal de organizar a comunidade de Bandeirantes, fazendo-a interagir com a Polícia Estadual, promover e implantar programas de orientação e divulgação de ações de auto-defesa, além de estar desenvolvendo um projeto denominado Usina da Cidadania, de elevado alcance social.

Como se comprova pela documentação anexa, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de utilidade pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 372/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Estadual Ernani Vidal - APMF/ERNANI VIDAL, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Mestres e Funcionários da Escola Estadual Ernani Vidal - APMF/ERNANI VIDAL, com sede e foro nesta capital, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo proporcionar ações de assistência ao educando, de aprimoramento de ensino e integração família - escola - comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 373/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 3º e suas alíneas, da Lei nº 2504, de 21/11/55, alterada pela 4128, de 10/12/59, que passará a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 3º As pensões mensais serão concedidas na seguinte base:

a) um salário-mínimo e meio ao cônjuge supérstite;

b) um salário-mínimo ao filho ou enteado incapaz dependente econômico.

(...)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01/09/08.

(a) MAURO MORAES

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 2504, de 21/11/55, alterada pela Lei nº 4128, de 10/12/59, que dispõe sobre a percepção de pensões pela família de servidor falecido e não inscrito na Caixa de Montepio dos Funcionários Públicos Civis e Militares do Estado.

A proposição em tela procura atualizar as pensões concedidas ao cônjuge e ao filho ou enteado incapaz dependente econômico.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Nishimori.

***Deputado Luiz Nishimori (PSDB)***

O SR. LUIZ NISHIMORI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa, mais uma vez para abordar um tema...:

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa, mais uma vez, para abordar um tema referente à agricultura, ou mais especificamente, sobre a produção e a comercialização do trigo.

Utilizando variedade de técnicas adequadas e produtivas e a modernização dos métodos de condução dos negócios, e usando menos de 10% do território nacional, a agricultura brasileira tornou-se um dos grandes fornecedores do mercado mundial de alimentos. É desta forma, que os empreendedores têm conseguido superar as adversidades naturais e alcançar altos índices de eficiência que asseguram safras recordes mesmo sem aumento da área plantada.

No entanto, Sr. Presidente, se o Governo Federal não intervir com apoio ao mercado do trigo, os produtores rurais vão amargar, novamente, grandes prejuízos que por certo desestimularão o plantio, provocando o retorno da inflação. A Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, já está se mobilizando através de reivindicações constantes junto ao Governo Federal esse apoio à comercialização do trigo.

Com o apoio do Governo ao trigo importado, os moinhos estão abastecidos e o mercado interno travado, sem comercialização e sem comprador para o trigo nacional. Tal situação causa desespero para os produtores, que têm dívidas para pagar, e devem trazer, também, grande preocupação para nós, representantes do povo da agricultura do estado do Paraná.

Nos últimos três meses, diz a FAEP - as cotações de trigo desabaram no mercado internacional e no mercado interno, aumentando a preocupação dos produtores que enfrentam uma alta de 30% nos custos de produção na safra 2008/2009.

No mercado interno, o preço da saca de 60 quilos no Paraná recuou para R\$ 30 na média, de acordo com a Secretaria da Agricultura do Paraná.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados. Em junho a saca de trigo era vendida por R\$ 39,66; em julho recuou para R\$ 35,94, em agosto caiu para R\$ 30, havendo uma redução no preço de venda de junho a agosto de 24,35%.

Segundo o último levantamento de custos da CONAB, de 31 de março de 2008, os custos operacionais de produção do trigo no Paraná para a safra de 2008/2009 estão entre R\$ 32,76 em Ubatuba e R\$ 36,76 em Cascavel. Os custos totais de produção giram hoje em torno de R\$ 38,68 e R\$ 41,12, respectivamente.

Logo, os preços pagos aos produtores rurais já causam prejuízos aos produtores de trigo, havendo a necessidade da intervenção do Governo Federal e urgentemente.

Portanto, os preços do trigo caíram, em média, 28% desde o início do plantio, em meados de abril, e até agora, quando se inicia o período de comercialização, o que está causando insegurança e preocupação entre os produtores.

Uma das medidas que estamos solicitando para amenizar a crise entre os produtores de trigo é que não seja concedida a prorrogação do prazo para importação do trigo dos países do MERCOSUL, sem incidência da Tarifa Externa Comum.

Fica registrado nesta tribuna o nosso alerta às autoridades federais sobre a insegurança que vive o produtor rural do Paraná.”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, apenas para registrar que no fim de semana, agora, estive no oeste do estado, percorrendo inúmeros municípios, entre eles o município de Maripá.

O município de Maripá é pequeno, deve ter os seus 6 mil habitantes, e é conhecido hoje como a Cidade das Orquídeas. Deputado Caíto Quintana, o primeiro Prefeito daquela cidade, Durval Moreira, se inspirou em plantar orquídeas na sua cidade. Hoje essa pequena cidade tem 300 mil mudas de orquídeas plantadas na cidade. Cada morador dessa cidade cuida das suas orquídeas na frente da sua casa. Até é importante que os Srs. Parlamentares, a imprensa do Paraná, possa registrar esse fato tão bonito, belo, humanitário, da própria comunidade, dos moradores da cidade de Maripá. Com

o passar do tempo, se passaram agora algo em torno de 13 anos, hoje ela é conhecida como Cidade das Orquídeas e tem a Festa das Orquídeas e tem a festa das Orquídeas, junto também tem a festa do Peixe. Para que possamos ter uma idéia, 700 pessoas trabalharam os quatro dias que antecederam a festa. A abertura da festa em Maripá aconteceu na sexta-feira, no dia 27 à noite, a abertura da Festa das Orquídeas, da Festa do Peixe, e lógico a exposição das indústrias, do comércio e prestação de serviços. Inúmeras pessoas chegaram, não só da nossa região, mas de outros estados.

No ano passado, o atual Prefeito Henrique Deckmann, convidou algumas pessoas da Itália que vieram para o Brasil e foram conhecer a Festa das Orquídeas e a Festa do Peixe na cidade de Maripá. Ontem, que foi o auge da festa, que foi o almoço servido à base de peixe, quase 20 pratos de peixe de tudo que você imagina: salada de peixe, moqueca de peixe, tilápia, peixe no espeto, tudo que é tipo de peixe. Essas duas pessoas que estiveram no ano passado presenciando essa festa, trouxeram esse ano, à cidade de Maripá uma comitiva da Itália, com o objetivo único de conhecer a Cidade das Orquídeas e como a sociedade se organiza. Quando cheguei naquela festa, ontem pela manhã, o Prefeito imediatamente me levou aos italianos e mostrou para eles a exposição das orquídeas, a venda. Quer dizer, cada cidade, se quer fazer a sua festa, desde que a sociedade, a população organiza e participa, dá para fazer festas maravilhosas. E cada ano que passa, esta festa se torna maior. Por que maior? Porque é a Associação Comercial, as entidades organizadas, os sindicatos envolvidos. É importante que o próprio Prefeito, Secretários da Prefeitura, todo mundo servindo as pessoas que chegam a esta festa.

Então, Maripá hoje é conhecida através desta festa e através de outras festas que já apareceu em rede nacional, o Arranque dos Tratores. Surgiu através de um mecânico lá de Maripá. Hoje, tem uma pista construída de 400 metros. Toda a imprensa nacional participa desta festa, dá cobertura, flashes diretos, que esta festa ainda vai acontecer agora, no final do ano.

Mas, o que eu quero deixar registrado nesta Sessão é que quando existe uma vontade, por maior ou menor que seja o município, quando a Administração Pública, quando o Poder Público busca, através do setor privado, as parcerias, e quer-se organizar uma festa, você a organiza. Não uma festa para fazer festa. Mas, na verdade é uma festa cultural. Você vê a cidade toda florida. Tem árvores no centro da cidade que você não vê o tronco. O que tomou conta foram as orquídeas. E as mais diversas cores das orquídeas, que são plantadas na rua, na avenida, na praça de Maripá.

Fiz questão de fazer este registro, já que o oeste do Paraná tem nas mais diversas cidades suas festas tradicionais. Poderíamos dizer que, se existe uma região do nosso estado que é conhecida como a região da gastronomia é o oeste do Paraná. Em Toledo, cidade dos nossos

Deputados Elton Welter e Duílio Genari, existe a Festa do Porco no Rolete; em Marechal Cândido Rondon, a Festa do Boi no Rolete; em Mercedes, um município novo, um fato curioso, mas lá existe a Festa da Costela Recheada; Santa Helena, a Festa do Costelão; em Pato Bragado, tem a Festa do Cupim; Nova Santa Rosa, tem a Festa do Frango. Vai-se percorrendo todos os nossos municípios da região oeste, Palotina por exemplo, tem a Festa Biental da Soja. Em Guairá tem a Festa do Peixe na Telha.

Cada município tem a sua particularidade. E a Associação dos Municípios Lindeiros, ao lado de Itaipu, que compreende todos os municípios, desse Foz do Iguaçu até Guairá, inclusive município do Mundo Novo participa deste Conselho, quer dizer, o SEBRAE, há questão de dois ou três anos participa deste projeto de turismo da nossa região. Porque Foz do Iguaçu, hoje, é uma cidade que atrai os turistas do mundo inteiro, pelas belezas das Cataratas, a maior usina hidrelétrica, que não deixa de ser uma obra fantástica, é um atrativo para a população do mundo inteiro.

O que a região oeste está fazendo, hoje? Através dos seus municípios, fazer com que seus turistas, que vêm a Foz do Iguaçu permaneçam no mínimo mais dois dias, ao longo destes municípios, como Santa Helena, Missal, Santa Teresinha de Itaipu, Guairá, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Mercedes, cada município tem seus atrativos. E com toda certeza, num futuro não muito distante, será a região do turismo. Não só Foz do Iguaçu. Porque um município só se desenvolve, quando existe o desenvolvimento integrado com os municípios limítrofes. E os municípios que são vizinhos a Foz do Iguaçu, devem aproveitar o potencial das pessoas que vêm a Foz do Iguaçu. Como eu disse, os turistas vão ver as Cataratas, a Itaipu e o que mais vão fazer? Aí, eles vêm para Vila Velha, em Ponta Grossa, vêm para Curitiba, mas nós queremos segurar essas pessoas por mais tempo.

Fiz questão de lembrar essa data de ontem, que é a nossa cidade de Maripá. É uma cidade que não dá para fazer muita propaganda daquilo que não existe, para que a própria sociedade não seja penalizada. Não existe uma rua que não seja asfaltada - pois todas as ruas são asfaltadas - não tem maiores problemas sociais, não tem favelas, é uma cidade modelo efetivamente e não só pelo fato do poder público fazer isso, mas a sociedade participa na organização do embelezamento dessa cidade, como também a participação dos empresários, do comércio, da indústria, todo mundo vive aquela clima da Festa do Peixe e das Orquídeas na cidade de Maripá.

Seria esse o registro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que gostaria de fazer no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Teruo Kato.

## ***Deputado Teruo Kato (PMDB)***

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus; 1º Secretário, Deputado Alysson; 2º Secretário, Deputado Jocelito Canto, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a essa tribuna para registrar um importante encontro realizado em Foz do Iguaçu no último final de semana, onde tivemos a oportunidade de encontrar o nosso companheiro Deputado Dobrandino da Silva. Queria dizer, Deputado Dobrandino, que fiquei muito satisfeito de estar em Foz do Iguaçu, neste momento em que as Cataratas do Iguaçu estão concorrendo a ser uma das 7 Maravilhas do Mundo. Já se encontra em 3º lugar na votação, mas é de fundamental importância que todos que conhecem as cataratas e admiram essa beleza natural, que é nosso patrimônio, possam continuar votando, pois com certeza Foz do Iguaçu tem grandes chances de realmente ser classificada.

E gostaria de parabenizar aqui o Presidente da FACIAP, Dr. Ardisson Akel, pelo importante encontro lá realizado, que foi a 18ª edição do Congresso da FACIAP, cujo objetivo foram debates em torno das questões que afligem o comércio e a indústria do nosso estado. Tivemos lá a presença do Conselho da Mulher Empresária, do Conselho Jovem, e vários temas foram tratados, sendo que considero da maior importância a discussão sobre reforma tributária e também um assunto que foi pauta de reunião nesse encontro, a Educação como um todo, a Educação no estado do Paraná e o movimento das cidades pela Educação, que foi tema de discussão através de uma apresentação feita pela FIEP. Nesse movimento tivemos a oportunidade de desenvolver vários encontros no estado do Paraná, com o objetivo de conscientizar as lideranças, principalmente as lideranças locais de cada município, da importância de estar defendendo a educação básica de qualidade, porque justamente a educação básica é que vai nos levar a termos cidadãos bem formados, em condições de frequentar uma boa faculdade e assim colocar o Brasil em condições de estar competindo com países de primeiro mundo.

Estivemos também participando de um importante evento realizado em Maripá, foi o lançamento do Programa Paraná Alfabetizado. Esse movimento que está sendo feito, na verdade é um programa do Governo do Estado em parceria com o Governo Federal, que tem como objetivo erradicar o analfabetismo em nosso estado. Pelos depoimentos que eu pude ver lá no vídeo, deu para perceber a importância que é para aquele cidadão que não sabe ler e escrever a possibilidade de ele, através da escrita, da leitura, se inserir nesse mundo que nós vivemos. Na verdade, eles aprenderem a ler e a escrever é a própria libertação.

Então, para que o programa tenha sucesso, é necessário o engajamento de todas as lideranças. E nós, como Deputados em cada região, em cada cidade, poderemos

dar uma grande contribuição para que esse programa tenha sucesso, para que as pessoas que ainda são analfabetas sejam localizadas, porque na verdade a grande dificuldade que temos hoje é justamente buscar aquele cidadão que ainda é analfabeto para que ele possa vir à sala de aula, e a possibilidade dele vir participar desse programa e realizar, com certeza, um grande sonho.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fico muito feliz de ver que a Educação passa a fazer parte de muitas lideranças, e tenho certeza que nos próximos anos veremos uma grande transformação na Educação do nosso país e principalmente aqui em nosso estado, aonde o Governo Requião já fez a opção pela Educação, aumentando para 30% do orçamento o investimento na Educação. Os resultados já vêm aparecendo. O Paraná já tem hoje o maior IDEB do Brasil e tem tudo para melhorar cada vez mais.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Alysson Wandscheer.

### ***Deputado Alysson Wandscheer (PPS)***

O SR. ALYSSON WADSCHEER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, as pessoas que estão acompanhando a Sessão de hoje.

Hoje eu queria vir aqui, para comentar algumas questões que saíram em reportagem na Gazeta do Povo de ontem, de hoje, e que prometeram até para amanhã, amanhã vamos poder falar sobre isso, sobre a região metropolitana, sobre a integração com Curitiba, sobre tudo o que tem passado nas reportagens da Gazeta do Povo nessa semana mostrando um pouco essa questão da saúde, mostrando do que precisa de integração, do que a região metropolitana precisa, ter mais um respaldo até político em questão de consórcios para se fazer melhor a saúde, melhor os serviços para o povo.

Mas, acho que isso fica para uma outra oportunidade devido o ocorrido ontem com a candidata a Prefeita, que é filha de um Deputado colega nosso, Deputado Geraldo Cartário, aonde ela sofreu um atentado, e isso é de grande repercussão e que não podemos admitir, ainda mais da maneira como está, ninguém sabe o que aconteceu, ninguém sabe como foi, ninguém sabe como veio; só sabe que alguém levantou e aferiu alguns tiros sobre ela, um pegou nela, e graças a Deus ela está com vida, está bem no hospital sendo medicada, sendo tratada.

Mas, acho que não podemos deixar a questão passar assim. Prontamente ontem mesmo o Secretário da Segurança entrou em contato comigo, porque eu estava na cidade no momento, juntamente também entrou em contato com o Deputado Cartário, e foi prontamente atendido, a Polícia está em cima. Temos certeza que o Governador, juntamente com a Polícia Militar do Paraná, com o

Secretário da Segurança vão trazer para nós o que realmente aconteceu. Não podemos admitir em ter alguma possibilidade, de ser uma questão política.

Por isso, nós como Deputados temos que tomar uma posição firme contra essa questão, para que seja averiguado tudo o que aconteceu. Como representante da Fazenda Rio Grande trago a solidariedade do povo da Fazenda Rio Grande ao Deputado Geraldo Cartário. Ninguém quer que aconteça para um filho nosso. Um atentado à vida. A vida é algo mais importante que temos.

Quero deixar registrada a solidariedade do povo da Fazenda Rio Grande e falo aqui em nome de todos os Deputados também, ao Deputado Geraldo Cartário. E que logo encontrem as respostas porque aconteceu, pois essas questões não são mais admissíveis na política e na sociedade em que vivemos hoje.

Que isso possa ter um final feliz, prendendo as pessoas que fizeram isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Mesa, e posso falar em nome de todos os Deputados desta Casa, associa-se e solidariza-se a esse lamentável incidente que faz com que a família Cartário passe por esse momento profundamente lamentável.

Não se imagina que ainda, nos dias de hoje, possa acontecer alguma coisa desse tipo, com uma moça que é candidata a Prefeita de sua cidade.

Próximo orador inscrito o Deputado Antonio Belinati.

### ***Deputado Antonio Belinati***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, a solidariedade a Tuca, filha do Deputado Geraldo Cartário, vítima desse lamentável acidente, que poderia ter tido uma consequência maior, mas que, graças a Deus, foi de pequena gravidade. A gravidade maior está no fato que isso pode ser um atentado à democracia da Fazenda Rio Grande.

A imprensa traz que, a partir de hoje, os usuários de telefone celular já podem fazer a escolha da operadora de sua preferência. Podendo até optar - se não houver coincidência de número - o mesmo número. Será que é uma boa para o usuário? Creio que sim. Muitas operadoras impunham até multa para quem rompesse contrato em vigor.

Esperamos que com essa nova sistemática o usuário/cliente não fique insatisfeito com a Vivo, por exemplo, possa mudar de operadora e assim por diante, mas que acima de tudo as operadoras comecem a tratar com mais respeito o consumidor. De vez em quando, Presidente, vemos a dificuldade que alguém tem, ao telefonar para uma operadora para questionar uma fatura que veio com um valor muito alto, um valor indevido. Eles transformam o consumidor num palhaço. Fica lá um bocado de tempo na linha, a Maria passa para a Tereza, a Tereza para a Joana,

a Joana para o Benedito e muitos acabam se irritando, batendo o telefone, ficam praguejando e o problema continua do mesmo jeito. Então, o atendimento ao público da maioria das operadoras continua de nível muito baixo.

O que é pior: não sei se as autoridades do setor de telecomunicações estão fazendo, se elas estão se coçando em pleno serviço, aqui no Paraná, porque viajo e viajo muito de carro para várias regiões do país e, pelas regiões por onde passo, podemos fazer o confronto: o Paraná é o pior estado servido por telefonia celular. Muitas rodovias em que você está viajando, se surgir uma emergência e o carro quebrar, se surgir um acidente, você não fala com ninguém. O tempo está passando, faz três décadas que o homem desceu na Lua, Presidente - é verdade, o Presidente deve ter um telefone via satélite, daí não tem problema - mas há três décadas, quando o homem foi à Lua, a comunicação era on-line aqui com a Terra.

Não faz muito tempo, o brasileiro que foi para o espaço, mandado pela NASA, lá do espaço, há milhares de quilômetros de altura, estava se comunicando, dando entrevista para a Globo, para a Bandeirantes, para os jornais, para a Record, com a maior perfeição, parecia até que ele estava no estúdio da televisão, tamanha perfeição.

Aqui, você mora numa determinada região, inclusive Curitiba, Londrina, nas mais diversas cidades do Paraná, e é quase impossível, em determinados horários, fazer um telefonema. Isso aconteceu novamente comigo, hoje, no meu bairro Champagnat, em Curitiba, as pessoas ligavam e a ligação caía. Quem não sabe, pensa que estamos dando uma de bacana, de salto alto, que não estamos querendo falar com o eleitor. Ficamos até numa situação de constrangimento, tendo que pegar, depois, um outro telefone fixo para poder explicar para a pessoa que não foi má-vontade, não foi salto alto do político, que o político não bateu o telefone na cara.

Quer dizer, se em Curitiba está uma porcaria o sistema de telefonia, imaginem os senhores em muitas cidades aqui do Paraná. A televisão já mostrou pessoas subindo na torre da igreja, em determinado horário, para tentar falar com alguma cidade para tratar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. usa o horário do seu partido.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

O SR. ANTONIO BELINATI

Chega a ser cômico a televisão mostrar o cidadão pendurado na torre da igreja, e virando para cá e virando para lá, para tentar fazer um telefonema. Então, Sr. Presidente, fica aquela indagação: o que as autoridades do sistema de telecomunicações estão fazendo para que o direito do público consumidor seja respeitado?

Volto a repetir: quando pegamos a Via Dutra - por exemplo, São Paulo/Rio de Janeiro - de "x" em "x" quilômetros tem uma torre. Você fala no trajeto da viagem

inteirinha por telefone, se precisar. A rodovia Castelo Branco, que liga uma boa parte do estado de São Paulo com a capital, tem torre em vários trechos, de tal maneira que você está viajando e pode telefonar para qualquer canto do Brasil e do mundo. Quando você entra no estado de Goiás, quem está indo de São Paulo, de Minas, a divisa de Minas com Goiás, entrou em Goiás, você viaja quase 400 quilômetros até Brasília sem nenhuma dificuldade de telefonar, tem torre em toda a rodovia. No entanto, a rodovia do Café tem três, quatro torres apenas. A rodovia que vai para Foz do Iguaçu é outra precariedade na comunicação. Eles metem a mão, descaradamente, no bolso do povo, porque é o maior "cata dinheiro" do povo essa história de cobrar tão caro pela telefonia. Você vai querer comparar a tarifa de uma telefônica com a outra e não consegue. Por quê? Porque cada uma tem um sistema, tem um plano diferente, parece até coisa de cartel, para não dar comparativo. É "cata voto" o sistema telefônico? Para alguns que são financiados por elas é até possível que seja, sim. Pode ser que essas telefônicas estejam bancando políticos em Brasília para que eles não tomem nenhuma providência contra essas empresas, quase todas elas estrangeiras, que estão aqui bancando um serviço que pode e deveria melhorar.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Belinati, o senhor está muito correto. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O maior número de reclamações do PROCON é justamente quanto ao atendimento das operadoras de telefonia móvel. Mas, Deputado Belinati, temos uma proposta, um projeto de lei que está tramitando na Assembleia Legislativa que, acho, pode minimizar esses problemas. Oferecemos um projeto que está tramitando e vai chegar aqui no plenário nos próximos dias, que tenho certeza que empresas que oferecem serviços a 3 mil clientes ou mais, em qualquer cidade do estado do Paraná, como telefonia celular ou então TV a cabo, ou qualquer outro tipo de serviço continuado, serão obrigados a possuir escritórios de atendimento ao cliente de maneira personalizada para receberem as reclamações, as orientações dos consumidores. Acho muito importante e vou pedir, inclusive, o seu apoio, Deputado Belinati, para que possamos aprovar isso na Assembleia Legislativa.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O nosso voto com certeza, será favorável à aprovação. Parabéns por mais esse projeto brilhante, um projeto que vem ao encontro dos anseios do nosso povo. Parabéns, Deputado Marcelo Rangel.

E, por último, Sr. Presidente, a nossa crítica à Agência Brasileira de Inteligência. Ali não tem nenhum coitadinho trabalhando, ali é só gente graúda: Coronel, General, gente graúda, gente que sabe o que está fazendo, não é gente ingênua, não. E estamos chegando a um ponto que parece que o nosso país não tem mais lei.

Quando ouvimos falar de grampear telefone até do Supremo Tribunal Federal, acho que chegou ao fundo do poço esse nível de abuso de autoridade. Acho que esse pessoal da ABIN deve estar se sentindo muito confortável e muito bem protegido pelo Palácio do Planalto para poder ter esse tipo de conduta, porque quando um Coronel, um General se atreve a grampear, não o telefone do Gilmar Mendes, mas o do Presidente da mais alta corte de Justiça do país, ou de um outro Ministro daquela mesma corte, ou do próprio Congresso Nacional, imagine o que rola por trás de tudo isso! Fico imaginando que por detrás de cada grampo, muitas vezes, tem a sacanagem política e é também o caminho, o instrumento que, muito provavelmente, depois de se detectar alguma conversa inconveniente, é de se perguntar se esses militares que são desonestos, estão agindo de maneira desonesta no uso das suas funções na Agência Brasileira de Inteligência, será que eles não vão usar determinadas gravações? Será que já não usaram ou não estão usando para extorquir, porque não é só a nível de Supremo ou de Congresso? Mas, será que não estão grampeando, fazendo até espionagem, escuta para empresários, espionagem industrial, que é o que hoje assusta e apavora grandes investidores, um concorrente querendo saber o que o outro está bolando, o que o outro vai colocar no mercado e vai por aí afora?

Então, Presidente, o meu telefone não tem problema, o meu telefone eles grampearam.

O Presidente Lula está bem como Presidente, está cotado para um terceiro eventual mandato, se mudar a Constituição. Hoje, o Lula seria inegavelmente um forte candidato até a um 3º mandato. Será que o Lula vai dormir em berço esplêndido? Hoje, ele teve uma reunião de mais de duas horas, de portas fechadas, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Será, que, de fato, o Presidente vai punir esses maus brasileiros, esses maus militares?

Nobre Presidente Nelson Justus, o Presidente deveria dar um pontapé nesses militares, botar todo mundo no olho da rua, para que eles trabalhem em coisas mais produtivas para o Brasil, e não ficarem fazendo coisas irregulares, clandestinas, que ferem as leis da Constituição, que é o direito de liberdade que cada um deve ter. Porque, nobre Presidente Nelson Justus, se o Presidente Lula não tomar uma providência contra a ABIN, contra estes militares que estão lá, com salários polpudos, tendo uma mordomia de fazer inveja a muitos magnatas, à custa do dinheiro brasileiro, que é o imposto que o povo paga, a sugestão é de que o Presidente Lula mude o nome da ABIN - Agência Brasileira de Inteligência, para ABS - Agência Brasileira de Sacanagem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Deputado Francisco Bühner.

## **Deputado Francisco Bühner (PSDB)**

O SR. FRANCISCO BÜHRER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável o que aconteceu na Fazenda Rio Grande. Eu, como Deputado, atuo politicamente na região da grande Curitiba e também na Fazenda Rio Grande. Quando acontecem esses fatos temos que lamentar muito, porque não é possível que isso aconteça, hoje, no dia-a-dia.

Ouvia ao meio-dia, uma entrevista com o Governador Requião se comprometendo, junto ao Secretário Delazari, de reforçar essa questão, para verificar o que aconteceu na Fazenda Rio Grande. Até para não se ter desdobramento político e sermos injustos naquilo, que pode ser tirado na questão política. Eleições têm há anos, mas uma vida é o bem precioso que Deus nos deu e temos que zelar.

Conversava com o Presidente Valdir Rossoni, do PSDB e ele nos propôs, para que fôssemos também na Polícia Federal, para pedir uma verificação profunda desse fato. Que se encontre quem realmente cometeu esse atentado, se verifique tudo o que aconteceu naquele momento na Fazenda Rio Grande. Acreditamos muito na Polícia Civil e na Polícia Militar do Estado do Paraná. Queremos pedir mais um reforço da Polícia Federal. Isso tem que ser verificado e punido, para que nenhuma injustiça aconteça. Quando se têm eleições, as coisas se colocam de uma forma não correta e tem que ser verificado da melhor forma possível, para que a justiça venha a prevalecer nesse caso.

O companheiro Cartário, é um Deputado atuante na região. Ele é nosso adversário político, mas temos que ser adversários na questão política. No dia-a-dia tem que ser tratado como ser humano, com respeito e o respeito que ele tem com a nossa pessoa. Lamentamos profundamente o que aconteceu com sua filha. Isso não pode ficar impune. Tem que ter realmente em poucos dias, o levantamento e o que aconteceu na Fazenda Rio Grande.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT, PMDB, Bloco PPS/PMN, Bloco PTB/PR, Bloco PSB/PRB/PV, Democratas, PT, PSDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Todos declinaram**).

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.



## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Mensagem nº 027/08, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei dispondo que o Procurador Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários, nas hipóteses que especifica e adota outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 675/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que trata da criação da 56ª Seção Judiciária, com sede na comarca de Realeza, alterando a Lei Estadual nº 14277/03, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 715/08-GP, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, solicitando a suspensão da análise e trâmite do Projeto de Lei nº 327/08, referente à concessão de gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida, tendo em vista que este Tribunal apresentará substitutivo acompanhado do respectivo estudo de impacto orçamentário-financeiro. **Ao Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Deputado Edson Strapasson.**

Indicação nº 208/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, a urgente construção do presídio de Cruzeiro do Oeste, para atender a demanda da maior Vara de Execuções Penais do Paraná compreendendo 115 municípios. **À Diretoria Legislativa para, os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 259/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que altera dispositivos da Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe que os

créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem créditos do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 259/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe, que os créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem créditos do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos constituídos na forma da Lei Complementar nº 113, de 15/12/05, inscritos em dívida ativa, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o disposto nesta lei.

§ 1º O crédito parcelável compreenderá o principal e os demais acréscimos previstos em lei calculados até a data do parcelamento.

§ 2º As multas aplicadas na forma dos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII, do artigo 85 da Lei Complementar nº 113/05, imputadas às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, poderão ser objeto de parcelamento, em conjunto ou isoladamente, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º Será admitido o parcelamento, junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, de débitos relativos à restituição de valores, conforme previsto no inciso IV do artigo 85 da Lei Complementar nº 113/05, dos débitos imputados às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 4º O débito objeto de parcelamento sujeitar-se-á aos acréscimos previstos na Lei nº 11580, de 14/11/96.

Art. 2º O pedido de parcelamento, devidamente identificado e subscrito pelo representante legal do devedor, quando for o caso, poderá ser protocolado na sede da Delegacia Regional da Receita Estadual, conforme previsto em regulamentação.

§ 1º O devedor informará, no requerimento, a origem dos créditos, bem como o número de parcelas.

§ 2º Tratando-se de créditos inscritos em dívida ativa, ajuizada para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o Termo de Regularização para Parcelamento - TRP, emitido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, comprovando o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, bem como, da prova de oferecimento de

suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.

§ 3º Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo 2º, fica excluído o benefício de ordem.

Art. 3º A decisão sobre o pedido de parcelamento, na forma do parágrafo 3º do artigo 1º, compete ao Secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la.

§ 1º O valor a parcelar não poderá ser inferior a 10 Unidades Padrão do Estado do Paraná - UPF/PR, vigentes no mês do pedido, devendo no ato do parcelamento a autoridade administrativa fixar o número de parcelas, observado o valor mínimo de quatro UPF/PR para cada uma delas.

§ 2º O pagamento da parcela inicial deverá ser efetuado na data de concessão do parcelamento e, das demais parcelas, até o último dia útil do mês subsequente.

§ 3º Somente será permitido o reparcelamento de créditos não tributário uma única vez.

Art. 4º Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento da primeira parcela ou a inadimplência de três parcelas, sucessivas ou não, ou de valor equivalente.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Fazenda disponibilizará, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, meios de consulta sobre a situação dos parcelamentos, para fins de emissão ou cassação da certidão liberatória.

Art. 6º A presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo, no prazo de 30 dias.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/09/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/08, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que declara de utilidade pública estadual a PROVOPAR - Programa de Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Agudos do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Fundação Associativa Guarani, com sede e foro no município de Colombo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**).

Sr. Presidente, os itens 04 e 05 da pauta e também o item 06, são projetos que constam na Ordem do Dia e constam com o parecer da Comissão de Finanças, que na verdade recebemos o projeto na semana passada, quarta-feira, estamos marcando a reunião para amanhã às 11h. Queremos de antemão convidar os Sr. Deputados, e de forma a agilizar a tramitação, estamos sugerindo que votemos hoje em 1ª discussão, a questão constitucional e possamos amanhã, na Sessão da tarde já estar com o parecer da Comissão de Finanças plenamente anexado ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, ao tempo que agradecemos a toda Comissão de Finanças da Casa.

## 1ª Discussão

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 313/08, que estabelece as delimitações das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Entrância Final de Maringá. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada.**

PROJETO DE LEI Nº 239/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam estabelecidas as delimitações territoriais das circunscrições do 1º, 2º, 3º e 4º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Entrância Final de Maringá, em razão da criação do 4º Serviço de Registro de Imóveis, pela Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, modificando o perímetro urbano e rural das referidas circunscrições, que passam a ter as seguintes delimitações:

1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

1ª PARTE: A circunscrição territorial do 1º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa de comarca Maringá - Sarandi, na Estrada de Ferro RFFSA, segue pela estrada de Ferro RFFSA, até a av. Tuiuti, segue por esta até a Praça Abílio Souza Naves, contornando por esta até av. Laguna, segue por esta até a av. Juscelino K. de Oliveira, segue por esta até a av. Anchieta, segue por esta até a rua Otavio Perioto, segue por esta até a rua Santos Dumont, segue por esta a av. Herval, segue por esta até a av. Tamandaré, segue por esta a av. Duque de Caxias, segue por esta até a rua Joubert de Carvalho,

segue por esta até a av. Paraná, segue por esta até a av. Prudente de Moraes, segue por esta até a av. São Paulo, segue por esta até a Praça Ouro Preto, contornando por esta, até a av. Morangueira, segue por esta até a Praça Vila Rica, contornando por esta, segue por esta até a av. Morangueira na cidade de Maringá segue por esta até a Rodovia PR 317, segue por esta até o rio Pirapó, segue por esta até o Ribeirão Sarandi, segue por este que faz a divisa da comarca de Sarandi, até a desembocadura do Córrego Guaiapó, segue por este até encontrar a divisa do lote nº 277, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 277 e 278 até encontrar a estrada de rodagem que liga Maringá a Sarandi, segue por esta até a divisa do lote nº 558, segue dividido nesta linha seca com a comarca de Sarandi, até encontrar o ponto de partida ou seja a Estrada de Ferro RFFSA.

### 1º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

2ª PARTE: A circunscrição territorial do 1º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa do lote nº 300 com a Rodovia PR-317 em Maringá, segue pela Rodovia PR-317, até a estrada oficial que liga Maringá - Campo Mourão, segue por esta até a divisa do lote nº 69-E, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 69-E e 70-A, até o Córrego Patú, segue por esta até a divisa do lote nº 26-A, daí segue por linha seca que divide os lotes nº 26-A e 27, até uma estrada, atravessando esta, segue por uma linha seca que divide os lotes nº 21-B e 21-A, até o Ribeirão Paçandu, segue por este até a divisa do lote nº 316-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 316-A e 1, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 443, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 443 e 317, atravessando a Estrada de Ferro RFFSA e ainda em linha seca que divide os lotes nº 450 e 317, até o Ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a divisa do lote nº 63, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 63 e 62-D, até a estrada oficial para Paçandu, segue por esta até a divisa do lote nº 299, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 299 e 300, até o ponto de partida, ou seja a Rodovia PR-317.

### 2º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

A circunscrição territorial do 2º Serviço de Registro de Imóveis, abrange da divisa da comarca de Maringá - Sarandi, na Estrada de Ferro RFFSA, segue por uma linha seca, até a cabeceira do Ribeirão Pingüim, segue por este, até a sua desembocadura no rio Ivaí, subindo por este até a divisa do lote nº 65, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 65 e 66, até uma estrada oficial que liga à Floresta, segue por esta até a divisa do lote nº 73, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 73 e 74 até o córrego Taquaruçu, segue por este até a divisa do lote nº 85, daí, segue por uma linha seca que divide os lotes nº 85 e 84-A, até a estrada oficial que liga Ivatuba - Floriano, segue pela mesma, até a estrada oficial que liga Maringá - Campo Mourão, segue por esta estrada até a Rodovia PR-317, segue por esta, até a rua José Antonio Pires em Maringá, segue por esta até a rua Waldomiro Beloti, segue por esta até o Córrego Borba Gato, segue

por este até a rua dos Pinheiros, segue por esta até a rua das Azaléias, segue por esta até a av. Luis Teixeira Mendes, segue por esta até a av. Carlos Correia Borges, segue por esta até a rua Papa João I, segue por esta até o córrego Bety, segue por este até a rua 22 de Maio, segue por esta até a estrada Bety, segue por esta até a rua Marília, segue por esta até o córrego Bety, segue por este até a confluência com o córrego Cleópatra, segue por este até a rua nº 1, segue por esta até a rua 6 de Janeiro, segue por esta até a travessa Iroi, segue por esta até a av. Euclides da Cunha, segue por esta até a rua Visconde de Nácar, segue por esta até a av. Luis Teixeira Mendes, segue por esta até a Praça dos Expedicionários, contornando por esta até a av. Rio Branco, segue por esta até a Praça Manoel Ribas, contornando por esta até a av. Cidade de Leiria, segue por esta até a Praça José Bonifácio, contornando por esta até a av. Brasil, segue por esta até a av. Getúlio Vargas, segue por esta até a av. XV de Novembro, segue por esta até av. Herval, segue por esta até av. Papa João XXIII, segue por esta até av. Cerro Azul, segue por esta até a Praça Pedro Álvares Cabral, contornando por esta, até a av. Cerro Azul, segue por esta até a Praça Todos os Santos, contornando por esta até a av. Juscelino K. de Oliveira, segue por esta até a av. Laguna, segue por esta até a Praça Abílio Souza Naves, contornando por esta, segue por esta até a av. Tuiuti, segue por esta até a Estrada de Ferro RFFSA, segue por esta até o ponto de partida ou seja, a divisa da comarca de Maringá com Sarandi.

### 3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

A circunscrição territorial do 3º Serviço de Registro de Imóveis, abrange do cruzamento da Estrada de Ferro RFFSA com a av. Harry Prochet, na cidade de Maringá, segue por esta até a Estrada Araçá, segue por esta até a rodovia BR-376, segue por esta até av. João Pereira, segue por esta até a rua Marcelo Emerson Franchin, segue por esta até o Ribeirão Maringá, segue por esta até a rua Pion. José Lopes de Covos, segue por esta até a av. Sabiá, segue por esta até a divisa do Lote nº 65, daí segue por uma linha seca, que divide os lotes nº 65 e 65-A até o córrego Ibipitanga, segue por esta até a divisa do lote nº 53-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 53-A e 68, 69 e 86, até a estrada oficial, segue por esta até a divisa do lote nº 139, segue em linha seca que divide os lotes nº 138 e 139, até o córrego Buriqui, segue por este até a confluência do Ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até o lote nº 58, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 58 e 57-B, até a estrada São Bento atravessando por esta segue por uma linha seca que divide os lotes nº 57-A e 57-B, até o córrego Pixiricussu, segue por este até a divisa do lote nº 9-C, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 9-C e 63-D, 63-E, 197 e 203, até a estrada São Domingos, segue por esta até a divisa do lote nº 10-C, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 10-C e 11, até o córrego Piracaúba, segue por este até a divisa do lote nº 217, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 217 e 216-A, até uma estrada, segue por esta até o lote nº 6-B,

daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 6-B e 6-A, até o Ribeirão Chapecó, segue por este até a linha seca divisa dos lotes nº 245 e 1, segue por uma linha seca dividindo com a comarca de Mandaguaçu até o Ribeirão Centenário, segue por este até a sua desembocadura no Ribeirão Atlântique, segue por este até a sua desembocadura com o rio Pirapó, segue por este até a confluência com o Ribeirão Maringá, segue por este até a estrada Miosótis, segue por esta até a av. Kakogawa em Maringá, segue por esta até av. Morangueira, segue por esta até av. São Paulo, segue por esta até a av. Prudente de Moraes, segue por esta até av. Paraná, segue por esta até a Estrada de Ferro RFFSA, segue por esta até o ponto de partida ou seja o cruzamento da Estrada de Ferro RFFSA com a av. Harry Prochet, na cidade de Maringá.

#### 4º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

1ª PARTE: A circunscrição territorial do 4º Serviço de Registro de Imóveis, abrange do cruzamento da av. Harry Prochet, na cidade de Maringá, com a Estrada de Ferro RFFSA, segue por esta até a av. Paraná, segue por esta até a rua Joubert de Carvalho, segue por esta até a av. Duque de Caxias, segue por esta até a av. Tamandaré, segue por esta até a av. Herval, segue por esta até rua Santos Dumont, segue por esta até rua Otavio Perito, segue por esta até a av. Anchieta, segue por esta até a av. Juscelino K. de Oliveira, segue por esta até a Praça Todos os Santos, contornando por esta até a av. Cerro azul, segue por esta até a Praça Pedro Álvares Cabral, contornando por esta até a av. Cerro Azul, segue por esta até a av. Papa João XXIII, segue por esta até a av. Herval, segue por esta até a av. XV de Novembro, segue por esta até a av. Getúlio Vargas, segue por esta até av. Brasil, segue por esta até a Praça José Bonifácio, contornando por esta até a av. Cidade de Leiria, segue por esta até a Praça José do Patrocínio, contornando por esta até a av. Rio Branco, segue por esta até a Praça dos Expedicionários, contornando por esta até a av. Luiz Teixeira Mendes, segue por esta até a rua Visconde de Nacar, segue por esta até a av. Euclides da Cunha, segue por esta até a Travessa Iroi, segue por esta até rua 6 de Janeiro, segue por esta até a rua nº 1, segue por esta até o córrego Cleópatra, segue por este até a confluência com o córrego Bety, segue por este até a rua Marília, segue por esta até a estrada Bety, segue por esta até a rua 22 de Maio, segue por esta até o córrego Bety, segue por este até a rua Papa João I, segue por esta até a av. Carlos Correa Borges, segue por esta até a av. Luiz Teixeira Mendes, segue por esta até a rua das Azaléias, segue por esta até a rua dos Pinheiros, segue por esta até o Córrego Borba Gato, segue por esta até rua Waldomiro Beloti, segue por esta até a rua José Antonio Pires, segue por esta até a rodovia PR-317, segue por esta até o lote nº 300, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 300 e 299, até a estrada oficial para Paçandu, segue por esta até a divisa do lote nº 63, daí segue em linha seca dividindo o lote nº 63 e 62-D, até o córrego Buriqui, segue por este até confluência com o Ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a divisa do lote nº

450, daí segue por uma linha seca dividindo os lotes nº 450 e 449, atravessando a Estrada de Ferro RFFSA, ainda em linha seca dividindo os lotes nº 443 e 442, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 316-A e 1, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 341 e 1, até o Ribeirão Paissandu, segue por este até a divisa do lote nº 21-B, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 21-B e 21-A, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 26-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 26-A e 27, até o córrego Patú, segue por este até a divisa do lote nº 69-E, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 69-E e 70, 70-A, até a estrada oficial, segue por esta, até a divisa do lote nº 84-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 84-A e 85, até o córrego Taquaruçu, segue por este até a divisa do lote nº 74, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 74 e 73, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 65, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 65 e 66, até o rio Ivaí, segue por este até o Ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a sua desembocadura no Ribeirão Chapecó, segue por este até a divisa do lote nº 6-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 6-A e 6-B, até uma estrada, segue por esta até a divisa do lote nº 217, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 217 e 216-A, até o córrego Piracaúba, segue por este até a divisa do lote nº 11, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 11 e 10-C, até a estrada São Domingos, segue por esta até a divisa do lote nº 9-C, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 9-C e 203 a 63-D, até o córrego Pixiricussú, segue por este até a divisa do lote nº 57-B, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 57-B e 57-A, até a estrada São Bento, atravessando esta segue por uma linha seca que divide os lotes nº 58 e 57-B, até o Ribeirão Bandeirantes do Sul, segue por este até a confluência do córrego Buriqui, segue por este até o lote nº 138, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 138 e 139, até a estrada oficial, segue por esta até a divisa do lote nº 86, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 86, 69, 68 e 53-A até o córrego Ibitipitanga, segue por este até a divisa do lote nº 65-A, daí segue por uma linha seca que divide os lotes nº 65-A e 65, até a av. Sabiá em Maringá, segue por esta até a rua Pion. José Lopes de Covos, segue por esta até o Ribeirão Maringá, segue por este até a rua Marcelo Emerson Franchini, segue por esta até a av. João Pereira, segue por esta até a Rodovia BR-376 que liga Maringá a Mandaguaçu, segue por esta até estrada Araçá, segue por esta até a av. Harry Prochet, segue por esta até o ponto de partida ou seja a Estrada de Ferro RFFSA com a av. Harry Prochet, na cidade de Maringá.

#### 4º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMPÓVEIS

2ª PARTE: A circunscrição territorial do 4º Serviço de Registro de Imóveis, abrange a divisa da comarca de Maringá - Astorga, na ponte do rio Pirapó, segue pela Rodovia PR-317, até a av. Morangueira em Maringá, segue por esta até a Praça Vila Rica, contornando por esta até a av. Morangueira, segue por esta até a av. Kakogawa,

segue por esta até a Estrada Miosotis, segue por esta até o Ribeirão Maringá, segue por este até a sua desembocadura com o rio Pirapó, segue por este até o ponto de partida, ou seja, a divisa da comarca de Maringá - Astorga, na ponte do rio Pirapó.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Judiciário, decorrido o prazo de três anos da instalação da 4ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Maringá, a reavaliar o equilíbrio econômico entre as quatro Circunscrições Imobiliárias da aludida Comarca, de forma que se preserve a distribuição equitativa dos serviços.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15/05/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual nº 5809, de 15/07/68, em seu Anexo III, fixa a Delimitação Territorial das Circunscrições Imobiliárias da Comarca de Maringá, abrangendo o 1º, 2º e 3º Ofício.

Pela Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 (Código de Organização e Divisão Judiciárias), em seu Anexo IV, Composição do Foro Judicial e Extrajudicial por Comarca, foi criado o 4º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá, cujas delimitações territoriais estão determinadas no presente anteprojeto de lei, mediante a redefinição das circunscrições do 1º, 2º e 3º Serviço de Registro de Imóveis.

Por orientação da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, e mediante a coordenação do Exmo. Juiz de Direito da Vara da Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Entrância Final de Maringá, foi realizado um minucioso trabalho, contando com a participação dos titulares do 1º, 2º e 3º Serviço de Registro de Imóveis daquela comarca, resultando no conjunto de documentos, mapas e memoriais descritos, acostados ao Protocolado nº 46019/05, evidenciando que foi estabelecida uma divisão equânime da área geográfica da Comarca de Maringá.

A douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias deste Tribunal de Justiça do Estado manifestou-se favorável à presente alteração das delimitações das Circunscrições, tomando por base o relatório do Exmo. Sr. Juiz Corregedor de Maringá, de folhas 180 *usque* 189 do aludido protocolado.

Desta forma, houve uma necessária redistribuição do território da comarca de Maringá, tanto da área urbana quanto rural, entre os quatro ofícios de registro de imóveis, a fim de propiciar àqueles jurisdicionados uma melhor e mais eficaz prestação dos serviços registrares das citadas serventias.

Os titulares do 1º, 2º e 3º Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Maringá, registraram sua anuência para as delimitações territoriais que constam deste anteprojeto de lei.

Ainda, a douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, em reunião do dia 13/12/07,

deliberou no sentido de aprovação da proposta de anteprojeto de lei que trata das delimitações territoriais das circunscrições do 1º, 2º, 3º e 4º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá; sendo que em data de 11/04/08, foi, de igual modo, aprovada em Sessão Ordinária, pelo colendo Órgão Especial deste Tribunal.

Isto posto, o presente anteprojeto de lei, visa proporcionar uma redistribuição mais justa entre os quatro registros de imóveis da comarca de Maringá; *ex vi* do contido no artigo 242, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná (CODJ), Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 239/08

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva redefinir a delimitação territorial do 1º, 2º e 3º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá, bem como estabelecer a delimitação territorial do 4º Registro de Imóveis de Maringá, criado em 2003.

### Fundamentação

Em 2003, através da edição Lei nº 14277 foi criado o 4º Serviço de Registro de Imóveis de Maringá. Entretanto, ao contrário do 1º, 2º e 3º Registro de Imóveis que tiveram suas delimitações territoriais definidas pela Lei nº 5809 de 1968, o 4º Ofício criado ainda não tem definida sua zona territorial.

Neste contexto, o objetivo do presente projeto é redefinir as delimitações das Circunscrições Imobiliárias de 1º, 2º e 3º Registro de Imóveis, a fim de estabelecer a zona territorial de atuação do 4º Ofício.

Diante disso, observa-se a evidente intenção de alteração legislativa, já que se objetiva modificar a Lei nº 5809 de 1968 que estabeleceu as zonas territoriais do 1º, 2º e 3º Ofício.

Nesse contexto, observe-se que quando se trata de alteração legislativa, deve-se verificar, inicialmente, qual é a competência para legislar.

No referido caso, ressalta-se que conforme preceitos da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça tem tal prerrogativa para legislar, conforme determina a Constituição Federal, em seu artigo 96 a saber:

Art. 96. *Compete privativamente:*

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169: (...)

d) a alteração e organização judiciárias;

No mesmo sentido dispõe a Constituição Estadual:

Art. 101. *Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:*

I - propor à Assembléia Legislativa, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Assim, tendo em vista que o Tribunal de Justiça possui competência para dispor sobre a organização e divisão judiciária, bem como para extinguir comarcas, varas ou distritos judiciários, somos pela constitucionalidade do projeto em tela, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Além disso, a Lei nº 14277 de 2003, que estabeleceu o Código de Organização e Divisão Judiciária expressamente elucida acerca da competência do Tribunal de Justiça para legislar no presente caso. Vejamos:

*Art. 242. A delimitação territorial das delegações será fixada e alterada por lei de iniciativa do Poder Judiciário.*

Finalmente, deve-se ressaltar que apenas no que tange à elaboração e redação deste projeto atentamos para o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Dessa forma sugerimos para tanto a adoção da emenda supressiva em anexo para sanar o vício formal de elaboração legislativa.

#### **Conclusão**

Dentro desse paradigma, verifica-se que o Projeto nº 239/08 encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais com a adoção das emendas supressiva em anexo, e assim sendo, concluímos pela sua aprovação na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 239/08**

Atendendo o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 687/08, para suprimir de seu artigo 3º, sua parte final, qual seja revogadas as disposições em contrário, passando o supracitado dispositivo a ter, portanto, o seguinte texto:

*Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 288/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 430/08, que cria e trans-

forma cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça. PARECERES DA CCJ e CF. **Aprovado.**

#### **PROJETO DE LEI Nº 288/08 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam transformados 217 (duzentos e dezessete) cargos vagos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, em 84 (oitenta e quatro) cargos, na forma do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os cargos de Operador de Computador ficam transformados em Técnico em Computação, na forma do Anexo II desta lei.

Parágrafo Único. Os detentores dos cargos de Operador de Computador passam a ocupar o cargo de Técnico em Computação, mantidos os níveis em que se encontram.

Art. 3º O cargo de Estatístico, criado por esta lei, integra o Grupo Ocupacional Superior.

§ 1º O deslocamento na carreira do cargo de Estatístico fica fixado no nível inicial D9 e final E9, cujos vencimentos básicos são estabelecidos na forma do Anexo III, Tabela 3, da Lei nº 11719/97, com as alterações posteriores.

§ 2º As atribuições do cargo de Estatístico serão regulamentadas por Decreto Judiciário expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Os Analistas de Sistemas, programadores de Computador e os Técnicos em Computação têm lotação exclusiva no Departamento de Informática, em sua sede e nas suas unidades descentralizadas.

Art. 5º Ficam alterados os Anexos II e III, Tabela I, da Lei 11719/97, na forma disposta nos Anexos III e IV desta lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/06/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## ANEXO I

Situação Atual (Cargos Vagos)			Situação Proposta		
Nº de Cargos	Denominação	Nível	Nº de Cargos	Denominação	Nível
04	Jornalista	D9	02	Estatístico	D9
02	Bibliotecário	D9	06	Engenheiro	D9
01	Programador de Computador	D9	08	Assessor Jurídico	E9
25	Oficial Judiciário	A8	20	Analista de Sistemas	D9
58	Técnico Judiciário	A8	07	Eletrotécnico	B1
04	Telefonista	A8	41	Técnico em Computação	C1
31	Agente de Conservação	A1			
78	Agente de Serviços Gerais	A1			
09	Copeiro	A1			
05	Ascensorista	A1			
<b>Total - 217</b>			<b>Total - 84</b>		

## ANEXO II

Situação Atual			Situação Proposta		
Nº de Cargos	Denominação	Nível	Nº de Cargos	Denominação	Nível
19	Operador de Computador	C1 a D8	19	Técnico em Computação	19

## ANEXO III

(Altera o Anexo II da Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores)

## ANEXO II

Deslocamento na Carreira

Grupo Ocupacional na Superior		
Cargos	Inicial	Final
Assessor Jurídico	E9	E9
Administrador	D9	E9
Analista de Sistema	D9	E9
Arquiteto	D9	E9
Assistente Social	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Dentista	D9	E9
Economista	D9	E9
Engenheiro	D9	E9
Estatístico	D9	E9
Jornalista	D9	E9
Médico	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9
Psicólogo	D9	E9

<b>Grupo Ocupacional Intermediário</b>		
<b>Cargos</b>	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>
Auxiliar de Enfermagem	B1	D8
Desenhista	C1	D8
Eletrotécnico	C1	D8
Mecânico	B1	D8
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico em Computação	C1	D8
Técnico Judiciário	A8	D8

<b>Grupo Ocupacional Básico</b>		
<b>Cargos</b>	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>
Motorista	A8	D5
Telefonista	A8	D5
Agente de Conservação	A1	C11
Agente de Serviços Gerais	A1	C11
Ascensorista	A1	C11
Copeiro	A1	C11

## ANEXO IV

(Altera o Anexo III = Tabela 1, da Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores)

## ANEXO III - TABELA 1

## Cargos de Provisão Efetivo

	<b>Cargos</b>	<b>Situação Atual (Nº de Cargos)</b>	<b>Situação Proposta (Nº de Cargos)</b>
Grupo Ocupacional Superior	Assessor Jurídico	113	121
	Administrador	15	15
	Analista de Sistema	20	40
	Arquiteto	04	04
	Assistente Social	38	38
	Bibliotecário	10	08
	Contador	14	14
	Dentista	03	03
	Economista	09	09
	Engenheiro	03	09
	Estatístico	00	02
	Jornalista	05	01
	Médico	04	04
	Programador de Computador	22	21
	Psicólogo	08	08
Total		268	297



	<b>Cargos</b>	<b>Situação Atual (Nº de Cargos)</b>	<b>Situação Proposta (Nº de Cargos)</b>
<b>Grupo Ocupacional Intermediário</b>	Auxiliar de Enfermagem	04	04
	Desenhista	03	03
	Eletrotécnico	03	10
	Mecânico	06	06
	Oficial Judiciário	552	527
	Operador de Computador	19	0
	Técnico em Computação	23	83
	Técnico Judiciário	664	606
<b>Total</b>		<b>1.274</b>	<b>1.239</b>

	<b>Cargos</b>	<b>Situação Atual (Nº de Cargos)</b>	<b>Situação Proposta (Nº de Cargos)</b>
<b>Grupo Ocupacional Básico</b>	Agente de Conservação	174	143
	Agente de Serviços Gerais	243	165
	Ascensorista	27	22
	Copeiro	25	16
	Motorista	151	151
	Telefonista	12	08
<b>Total</b>		<b>632</b>	<b>505</b>

<b>Total Geral</b>	<b>2.174</b>	<b>2.041</b>
--------------------	--------------	--------------

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ ESTIMATIVA DE CUSTO DE PESSOAL NA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS  1) CARGOS VAGOS A SEREM EXTINTOS PELA TRANSFORMAÇÃO <b>Demonstrativo de valores unitários anual por cargo</b>									Quanti- dade de Cargos a Extinguir	Economia Anual Total
Cargo	Níve l	Qtde	Valor P/ Cargo	Repre- sentação	Assi- dui- dade	Custo Mensal	Terço Férias	Custo Anual		
	(*)		A	B	C	D=A+B+C	E=D/3	F=Dx13+E		
Jornalista	D9	1	2.520,48	2.016,38	100,00	4.636,86	1.545,62	61.824,85	4	247.299,41
Bibliotecário	D9	1	2.520,48	2.016,38	100,00	4.636,86	1.545,62	61.824,85	2	123.649,71
Programador de Computador	D9	1	2.520,48	2.016,38	100,00	4.636,86	1.545,62	61.824,85	1	61.824,85
Agente de Conservação	A1	1	1.005,73		100,00	1.105,73	368,58	14.743,07	31	457.035,07
Agente de Serviços Gerais	A1	1	1.005,73		100,00	1.105,73	368,58	14.743,07	78	1.149.959,20

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ ESTIMATIVA DE CUSTO DE PESSOAL NA TRANSFORMAÇÃO DOS CARGOS 1) CARGOS VAGOS A SEREM EXTINTOS PELA TRANSFORMAÇÃO <b>Demonstrativo de valores unitários anual por cargo</b>									Quantidade de Cargos a Extinguir	Economia Anual Total
Cargo	Nível	Qtde	Valor P/ Cargo	Representação	Assiduidade	Custo Mensal	Terço Férias	Custo Anual		
	(*)		A	B	C	D=A+B+C	E=D/3	F=Dx13+E		
Oficial Judiciário	A8	1	1.182,49		100,00	1.282,49	427,50	17.099,87	25	427.496,67
Telefonista	A8	1	1.182,49		100,00	1.282,49	427,50	17.099,87	4	68.399,47
Copeiro	A1	1	1.005,73		100,00	1.105,73	368,58	14.743,07	9	132.687,60
Ascensorista	A1	1	1.005,73		100,00	1.105,73	368,58	14.743,07	5	73.715,33
Técnico Judiciário	A8	1	1.182,49		100,00	1.289,49	427,50	17.099,87	58	991.792,27
<b>TOTAL</b>									<b>217</b>	<b>3.733.859,57</b>
Operador de Computador	C1	1	1.660,89		100,00	1.760,89	586,96	23.478,53	19	446.092,13

2) CARGOS A SEREM CRIADOS PELA TRANSFORMAÇÃO <b>Demonstrativo de valores unitários anual por cargo</b>									Quantidade de Cargos a Criar	Custo Anual Total
Cargo	Nível	Qtde	Valor P/ Cargo	Representação	Assiduidade	Custo Mensal	Terço Férias	Custo Anual		
	(*)		A	B	C	D=A+B+C	E=D/3	F=Dx13+E		
Estatístico	D9	1	2.520,48	2.016,38	100,00	4.636,86	1.545,62	61.824,85	2	123.649,71
Engenheiro	D9	1	2.520,48	2.016,38	100,00	4.636,86	1.545,62	61.824,85	6	370.949,12
Assessor Jurídico	E9	1	3.725,90	4.694,63	100,00	8.520,53	2.840,18	113.607,12	8	908.856,96
Analista de Sistema	D9	1	2.520,48	2.016,38	100,00	4.636,86	1.545,62	61.824,85	20	1.236.497,07
Eletrotécnico	B1	1	1.296,62		100,00	1.396,62	465,54	18.621,60	7	130.351,20
Técnico em Computação	C1	1	1.660,89		100,00	1.760,89	586,96	23.478,53	41	962.619,87
<b>TOTAL</b>									<b>84</b>	<b>3.732.923,92</b>
Técnico de Computador	C1	1	1.660,89		100,00	1.760,89	586,96	23.478,53	19	446.092,13
<b>Diferença a menor</b>										<b>-935,65</b>

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria e transforma cargos efetivos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário,

vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com Plano Plurianual - PPA 2008 - 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 23/06/08.  
(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 288/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo transformar 217 (duzentos e dezessete) cargos vagos do Quadro Efetivo de Pessoal em 84 (oitenta e quatro) cargos, transforma o cargo de operador de computador em técnico de computação e cria o cargo de estatístico.

**Fundamentação**

Dentro da competência privativa dos tribunais, estabelece a Constituição da República, a organização de suas respectivas secretarias e serviços auxiliares, conforme artigo 96, I, b:

*Art. 96. Compete privativamente:*

*I - Aos Tribunais:*

*(...)*

*b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.*

A fim de cumprir o instituído pelo constituinte de 1988 em seu artigo 125 que estabelece:

*Art. 125. Os estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.*

*I - A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.*

O constituinte estadual atribuiu como competência privativa do Tribunal de Justiça a legitimidade para propor ao Poder Legislativo Estadual a criação e transformação de cargos em suas secretarias, órgãos auxiliares, juízes e seus membros, conforme se pode observar no artigo 101, I, b da Constituição Estadual:

*Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:*

*I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.*

*(...)*

*b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os artigos 39, parágrafo 4º, 150, II, 153, III e 153, parágrafo 2, I da Constituição Federal;*

Afere-se positivamente a legitimidade, por conforme a Constituição da República e Constituição Estadual, do Tribunal de Justiça para propor, em nome do Poder Judiciário Estadual, projeto de lei criador e transformador de cargos em seu quadro de pessoal. Assim, o Projeto de Lei nº 288/08 por dispor unicamente sobre matéria de competência privativa do Tribunal de Justiça, é compatível com as Constituições Federal e Estadual.

Quanto à legalidade, observa-se que o projeto em análise é compatível com a Lei Estadual 11719/97, que dispõe sobre o quadro de servidores do Poder Judiciário

vinculados à Secretaria daquele Tribunal, em especial no que tange à estrutura funcional da Secretaria.

Consta ainda no processo analisado a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a demonstração, de forma genérica, dos recursos necessários ao seu custeio, bem como a declaração do ordenador de despesas, atendendo ao disposto no artigo 16, I, II e artigo 17 parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101.

No tocante à técnica legislativa utilizada, encontra-se em perfeita sintonia com o disposto na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**Conclusão**

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade do Projeto nº 288/08, esta comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 569/08, que concede gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida na forma que especifica. COM PARECERES DA CCJ e CF.

PROJETO DE LEI Nº 327/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Pelo desempenho de atividades com risco de vida os auxiliares de cartório do juizado especial, os auxiliares administrativos do juizado especial, os auxiliares administrativos, os oficiais de justiça do juizado, os assistentes sociais, os psicólogos perceberão gratificação no percentual de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do valor do vencimento do nível do cargo.

§ 1º É condição para a concessão da gratificação referida no *caput* que o servidor atue em primeiro grau de jurisdição, em trabalho interno ou externo, e em secretarias ou varas com atribuição nas áreas criminal, penal, corregedoria dos presídios, adolescentes infratores e delitos de trânsito.

§ 2º Aos servidores que atuarem em primeiro grau de jurisdição em cumprimento de mandados e ordens judiciais com trabalho externo será concedida a gratificação independentemente da área de atribuição da secretaria ou vara.

§ 3º A gratificação do *caput* será paga pelo efetivo exercício e cessada a atuação no âmbito da vara ou da secretaria ou na forma indicada nos parágrafos anteriores será imediatamente revogada a sua concessão.

§ 4º O Presidente do Tribunal de Justiça regulamentará a concessão da gratificação de risco de vida.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28/07/08.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

A previsão constante do artigo 172, inciso V, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná, autoriza o pagamento de gratificação “pela execução de trabalho especial com risco de vida”.

Tal autorização no âmbito do Poder Judiciário foi qualificada para determinados cargos e não pelo exercício de determinadas atividades, conforme os termos do artigo 12, parágrafo único, da Lei nº 7547/81 que dispõe que: *aos ocupantes dos cargos de Escrivão do Crime, Escrivão de Menores, Escrivão da Vara de Delitos de Trânsito, Escrivão da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, Oficial de Justiça, Porteiro de Auditórios da Capital, Auxiliar de Cartório Criminal e Comissário de Vigilância de Menores, farão jus à gratificação de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento), calculada sobre o valor do nível do cargo, em face da natureza especial de suas funções no que tange ao risco de vida.*

Com cediço a atuação administrativa, em especial, com relação à ordenação de despesa, é vinculada aos termos da lei (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal).

Assim, para que se estenda a referida gratificação aos ocupantes de cargos, em primeiro grau de jurisdição, que não estejam referidos no disposto no artigo 12, parágrafo único, da Lei nº 7547/81, mas que exerçam atividades nas mesmas condições e fato que os mencionados no referido dispositivo, necessário se explicita tal possibilidade em lei.

Destarte, tendo em vista o que foi estabelecido pelo CODJ - criação de novas categorias de cargos e afetação do exercício de funções para o primeiro grau de jurisdição - visando à possibilidade de pagamento de gratificação de risco de vida aos ocupantes de tais cargos e em razão do exercício das atribuições em situações reconhecidas em lei como de risco de vida, é que se propõe o presente anteprojeto de lei.

#### DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes do anteprojeto de lei, em anexo, que concede gratificação pelo desempenho de atividades com risco de vida, na forma que especifica, apresentam adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2008, aprovado pela Lei Estadual nº 15750, de 27/12/07, e compatibilidade com o Plano Plurianual - PPA 2008/2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15757, de 27/12/07.

Curitiba, em 22/07/08.

(a) J. VIDAL COELHO - Presidente

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 327/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná concede gratificação pelo desempenho de atividade em risco de vida, na forma que especifica.

Em síntese, a proposição assegura o pagamento da gratificação mencionada aos servidores do Poder Judiciário que desenvolvem suas atividades em ambientes e condições que ofereçam risco à sua vida.

A proposição visa corrigir uma grave distorção até aqui existente, pois servidores trabalhavam em ambientes com as características já referidas e não recebiam a gratificação.

Era comum o escrivão do Fórum Criminal receber a gratificação e o auxiliar administrativo não receber. Isto se dava, pois a lei anterior especificava os cargos que poderiam receber.

Desta forma, mesmo o servidor estando exposto ao risco não recebia, pois seu cargo não constava do rol dos beneficiados.

Revela destacar ainda que determinadas vantagens financeiras são *propter laborem*, ou seja, são devidas em razão das atividades realizadas e uma vez afastadas as condições motivadoras cessa também a obrigação de pagar.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois a mesma cumpre os requisitos formais e legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Há sobre a mesa Ofício nº 715/08-GP, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, dirigido ao Sr. Deputado Edson Strapasson, Presidente da Comissão Permanente de Finanças da Casa, solicitando a suspensão da análise e do trâmite do Projeto de Lei nº 327/08.

**Ao Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Deputado Edson Strapasson.**

Portanto, encaminhamos este projeto à Comissão de Finanças para que a Comissão receba, conforme solicitação do Presidente do Tribunal.

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 356/08, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lua Nova com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/08, de 19/08/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 356/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Lua Nova, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26/08/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, já conversamos com o Líder da Oposição, com relação aos itens 8, 9 e 10: já protocolamos requerimento na Mesa para votarmos em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Há sobre a mesa Requerimento nº 2299, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições constantes na Ordem do Dia da presente Sessão.

Em discussão. Em votação.

**Aprovado** o requerimento.

Vamos, portanto, proceder a votação dos três vetos, em bloco.

**Discussão Única (Proposição)**

**ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 107/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 364/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Alto Piquiri. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 321/07.

Curitiba, em 27/09/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 215/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 364/07, por julgá-lo con-

trário ao interesse público, porque o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 364/07, encontra-se publicado no DA nº 091/07, de 13/08/07, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 107/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 364/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Alto Piquiri, foi vetado pelo Governador do Estado, pois o mesmo julgou o projeto contrário ao interesse público, pois o imóvel em referência poderá vir a ser utilizado por órgãos da própria administração estadual.

**Fundamentação**

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, a sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 06/11/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

**ITEM 09**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 122/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ou efetuar cessão de uso a Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, de imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 379/07.

Curitiba, em 08/11/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 325/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 495/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a aduzir.

Pelo Princípio da Separação dos Poderes, entendo que o legislador estadual cumpre a sua função legislativa, ao apresentar a proposta de doar ou ceder ao município de Dois Vizinhos, imóvel contido no patrimônio do estado do Paraná, conforme especifica e também justifica.

Conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 23, é de competência comum da união, dos estados e dos municípios, zelar pela guarda da Constituição, das Leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Pois bem, conservar o patrimônio público é uma das competências atribuídas ao estado, e o agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VI, aduz que é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da administração estadual, onde, inclusive, se insere a gestão do patrimônio público.

Importante destacar que, no vocabulário jurídico, patrimônio público é *representado pelo conjunto de bens que pertencem ao domínio do estado, e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas.* (Silva, De Plácido e, Vocabulário Jurídico/atualizadores: Nagibi Slaibi Filho e Gláucia Carvalho - Rio de Janeiro, 2007, Editora Forense, pág. 1015).

A definição acima citada não deixa dúvidas quanto à destinação dos bens públicos, qual seja, o atendimento de seus próprios objetivos, não restando possibilidade de o estado desfazer-se do patrimônio que se compõe, visto que deve aplicá-los em seus propósitos.

Importante dizer que os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis e, portanto, o agente público deve agir com a cautela pelas responsabilidades que lhe recaem em função dos seus atos.

Assim, conclui-se que, embora o legislador desempenhe sua função legislativa, o estado deve cumprir o disposto na Constituição Federal, de conservar o patrimônio público, e o disposto na Constituição Estadual, o Governador, como Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 495, encontra-se publicado no DA nº 132/07, de 17/10/07, em Redação Final).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 122/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 495/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, vetado pelo Governador do Estado, que estabelece a possibilidade de doação ou cessão de uso, pelo Poder Executivo de imóvel a prefeitura municipal de Dois Vizinhos.

**Fundamentação**

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento. Vejamos:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 19/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

**ITEM 10**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 131/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 542/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná COHAB, o imóvel que especifica, localizado no município de Pinhais. COM RELATÓRIO DA CCJ., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 420/07

Curitiba, em 23/11/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 318/07, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no

parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 542/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a aduzir.

Pelo princípio da separação dos Poderes, entendo que o Legislador Estadual cumpre a sua função legislativa, ao apresentar a proposta de doar, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, imóvel contido no patrimônio do estado do Paraná, situado no município de Pinhais, conforme especifica e também justifica.

Todavia, conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 23, é de competência comum da união, dos estados e dos municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Pois bem, conservar o patrimônio público é uma das competências atribuídas ao estado, e o agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VI, aduz que é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da administração estadual, onde, inclusive, se insere a gestão do patrimônio público.

Importante destacar que, no vocabulário jurídico: patrimônio público é *representado pelo conjunto de bens que pertencem ao domínio do estado, e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas*. (Silva, De Plácido e, Vocabulário Jurídico/atualizadores: Nagibi Slaibi Filho e Gláucia Carvalho - Rio de Janeiro, 2007, Editora Forense, pág. 1015).

A definição acima citada não deixa dúvidas quanto à destinação dos bens públicos, qual seja, o atendimento de seus próprios objetivos, não restando possibilidade de o estado desfazer-se do patrimônio que se compôs, visto que deve aplicá-los em seus propósitos.

Importante dizer que os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis e, portanto, o agente público deve agir com a cautela pelas responsabilidades que lhe recaem em função dos seus atos.

Assim, conclui-se que, embora o Legislador desempenhe sua função legislativa, o estado deve cumprir o disposto na Constituição Federal, de conservar o patrimônio público, e o disposto na Constituição Estadual, o Governador, como Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 542/07, encontra-se publicado no DA nº 086/07, de 02/08/07, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 131/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 542/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel que especifica localizado no município de Pinhais.

### Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data do seu recebimento. Vejamos:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, a sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 04/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Solicito aos Srs. Deputados que utilizem o painel na votação dos três vetos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

**(Procede a votação dos vetos).**

Encerrada a votação. Trinta e um Srs. Deputados votaram. Dezesete, com a expressão NÃO e treze SIM.

**Estão mantidos os vetos.**

### Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2288 e 2289, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2290, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2291, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrar a Sessão, esta Assembléia convida os Srs. Deputados porque amanhã recebe a comitiva dos Srs. Deputados da Província de Saytama, do Japão, com o objetivo de fortalecer a luta pela educação e legali-

zação das escolas brasileiras naquele país, e convite e proposição do Deputado Luiz Nishimori. Tal evento acontecerá amanhã às 14h no salão nobre.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02 á hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 352 e 358/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 288 e 356/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 802/07 e 124/08.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 115/07, 024 e 039/08.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Atas de Comissões***

##### ***Constituição e Justiça***

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Edson Strapasson, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 784/07 de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 828/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº

828/07 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 170/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 170/08 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente, bem como, cópia da matéria a todos os Deputados presentes; 04) Projeto de Lei nº 019/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 070/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 143/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 144/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 146/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 038/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Pastor Edson Praczyk. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 586/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 286/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 286/08 de



autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura à Emenda nº 1 de Plenário, na forma da subemenda anexa e contrário às Emendas nº 2, 3, 4, 5 e 6 de Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 341/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 341/08 de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 15843/08. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 342/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 342/08 de autoria do Poder Executivo - Altera dispositivos da Lei nº 11713/97 e nº 14825/05. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 176/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 215/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 249/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Resolução nº 012/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 298/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer do Deputado Artagão Júnior pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - DEFERIDO; 10) Projeto de Lei nº 224/08 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 307/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 335/08 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 340/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 327/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 327/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer favorável do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 302/08 de autoria do Deputado Péricles de Mello. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 239/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 239/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 308/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 310/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, Relator, requer a conversão da matéria em diligência junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 317/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 359/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei Complementar nº 359/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto Parcial nº 068/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Proposição Veto Parcial nº 068/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 321/08 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Os Srs. Deputados Caíto Quintana, Douglas Fabrício, Nereu Moura e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Proposição Veto nº 062/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 11) Proposição Veto nº 065/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura ao encaminhamento à Plenário - APROVADO; 12) Proposição Veto nº 066/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao

encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 288/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 288/08 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 416/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Os Srs. Deputados Duílio Genari e Luiz Claudio Romanelli SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 15) Projeto de Lei nº 185/08 de autoria do Deputado Elio Rusch. Parecer do Deputado Luiz Carlos Martins pela devolução da matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente; 16) Projeto de Lei nº 352/08 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 356/08 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 358/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Edson Strapasson, Jocelito Canto, Marcelo Rangel e Osmar Bertoldi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 326/08 de autoria do Tribunal de Justiça - Altera dispositivos da Lei Estadual

nº 12216/98. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana à emenda de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

**Tomada de Contas**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA  
DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e oito, às onze horas, na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, para sua sétima Reunião Ordinária, com a presença dos senhores membros da Comissão abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2008. Havendo número legal e de conformidade com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, Relator da Proposição nº 067/08, que trata da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de julho de 2008, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04. De acordo com a análise feita pelo Sr. Relator da Proposição, concluiu o mesmo que as contas prestadas encontram-se exatas, dentro das normas da sua regulamentação, e atendem a legislação vigente, decidindo pelo Parecer - FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos Srs. Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar encerrou a reunião e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a mesma, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

